



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 737/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019

<b>OBJETO</b>	Contratação de Pessoa Jurídica para Serviço de Reparo e Manutenção de Fragmentadora de Papel
---------------	--

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<u>339030/25</u> – Material de Consumo/Material p/ Manutenção de Bens Móveis e <u>339039/20</u> – Serviço de Pessoa Jurídica/Manutenção de Bens Móveis
-----------------------------	--



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo



0000002019737

Número do Processo

737/2019

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Departamento de Origem

PROTOCOLO

Interessado

DULCILENE LOURENÇO DE OLIVEIRA FREIRE

Assunto

MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

Data/Hora

25/06/2019 16:36

Descrição

Solicitação da Presidência para Orçamento manutenção de bens moveis.

Resp. Autuação

KEYNER PEREIRA MARTINS

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

R\$ 0,00

**EMPENHADA**

**Re: PROPOSTA O.S66571**

Allmax Impressoras <manutencao@allmaximpressoras.com.br>

Seg 24/06/2019 10:51

**Para:** dulcefreire@hotmail.com <dulcefreire@hotmail.com>

Dulce,

Bom dia,

Para pagamento a vista - no dinheiro temos o desconto de 5%.

Orçamento atual: R\$ 656,00

Orçamento com 5% de desconto: R\$ 624,00

Qualquer dúvida estou a disposição!

Atenciosamente,

Sara Suriano.

Allmax Assistência de Impressoras.

Em ter, 18 de jun de 2019 às 13:57, Allmax Impressoras

<manutencao@allmaximpressoras.com.br> escreveu:

Boa tarde, segue anexo orçamento solicitado, qualquer duvida estou a disposição.

Att,

Kallyta



**ALL MAX COM. E SERV. DE INFORMATICA LTDA -**

AVENIDA PARANAIBA, 241 SETOR CENTRAL GOIANIA-GO FONE (62) 3225-1521 / (62)

www.allmaximpressoras.com.br allmax.comercio@gmail.com (whatsapp: 98568-3900 - 99934-1001)

**ORDEN DE SERVIÇO: 66571**

CLIENTE.....CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

DATA..... 13/06/2019 HORA.. 11:42:02

ENDEREÇO..... PRACA DA BANDEIRA, 96

ATENDENTE..... ASSISTENCIA - SARA

CEP: 75.800-020 - SETOR CENTRAL - JATAI / GO

TELEFONE..... (64) 3636-0834 Cel.: (64) 9954-4586

CONTATO..... DULCE

TIPO SERVIÇO..... ORÇAMENTO

DEFEITO:..... NÃO INFORMADO

FABRICANTE..... MENNO

PRAZO ENTREGA:

PRODUTO..... FRAGMENTADORA

MODELO..... S300D

Nº SÉRIE..... FBH00300013

ACESSÓRIOS..... SEM CESTO

PATRIMÔNIO.....

N.FISCAL/DATA..... 0/

REVENDEDOR.....

**ATENÇÃO:** A Máquina não procurada no prazo de 90 (noventa) dias, a empresa tomará providências cabíveis de acordo com a Legislação em vigor.

2ª Via Cliente  
24/06/2019 13:08



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 11.808.014/0001-09 <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> 17/02/2010	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ALL MAX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> ALL MAX			<b>PORTE</b> EPP
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 208-2 - Sociedade Empresária Limitada			
<b>LOGRADOURO</b> AV PARANAIBA		<b>NÚMERO</b> 241	<b>COMPLEMENTO</b> QUADRA64 LOTE 115-E
<b>CEP</b> 74.015-125	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> SETOR CENTRAL	<b>MUNICÍPIO</b> GOIANIA	<b>UF</b> GO
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> ALLMAX.DOCUMENTOS@GMAIL.COM		<b>TELEFONE</b> (62) 3293-0496 / (62) 3293-0496	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 17/02/2010	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>  			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/06/2019 às 16:55:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ALL MAX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA**  
**CNPJ: 11.608.014/0001-09**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:09:25 do dia 29/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/11/2019.

Código de controle da certidão: **638D.CBEB.FCD8.F482**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 11.608.014/0001-09  
**Razão Social:** ALL MAX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA  
**Endereço:** AV PARANAIBA / 241 / SETOR CENTRAL GOIANIA - GO

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 29/05/2019 a 27/06/2019

**Certificação Número:** 2019052904225565908721

Informação obtida em 12/06/2019 17:02:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL  
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA  
NÚMERO DA CERTIDÃO: 5.026.263-7**

Prazo de Validade: até 11/07/2019

CNPJ: 11.608.014/0001-09

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CNPJ, nos termos do artigo 203 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M), atualizado e do artigo 89, inciso I e seus parágrafos 2º e 7º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

Esta CERTIDÃO abrange as informações de dívidas de natureza tributária imobiliária, de natureza tributária mobiliária ou de natureza não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 92, parágrafo 1º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

GOIANIA(GO), 12 DE JUNHO DE 2019

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.





**ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

**NR. CERTIDÃO: Nº 22116544**

**IDENTIFICAÇÃO:**

---

**NOME:**

**ALL MAX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.-E**

**CNPJ**

**11.608.014/0001-09**

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

---

**NAO CONSTA DEBITO**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**FUNDAMENTO LEGAL:**

---

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

**SEGURANÇA:**

---

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.499.536.165**

**EMITIDA VIA INTERNET**

---

**SGTI-SEFAZ:**

**LOCAL E DATA: GOIANIA, 12 JUNHO DE 2019**

**HORA: 16:54:34:9**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ALL MAX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 11.608.014/0001-09

Certidão nº: 174027994/2019

Expedição: 12/06/2019, às 17:03:40

Validade: 08/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALL MAX COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.608.014/0001-09**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## **ALL MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.-ME.**

### **Primeira Alteração Contratual.**

### **INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO EM DOCUMENTO ÚNICO.**

**VALDIN VELOSO DA SILVA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens empresário, filho de Elias Veloso da Silva e Maria Rodrigues Moreira, natural de João Pinheiro - Minas Gerais, nascido em 16 de Agosto de 1970, portador da carteira de Identidade número 2044270 expedida pela SSP-GO, inscrito no C.P. F sob o número 510.184.461-68, residente e domiciliado : Rua 12, Lote 25, Unidade 201, Parque Atheneu, Goiânia - Goiás, CEP 74.890-290.

**EUCLIDES FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, filho de Euclides Manoel de Castro e Vera Lucia de Oliveira Castro natural de Goiânia - Goiás, nascido em 25 de Dezembro de 1978, portador da carteira de Identidade número 3322556 2ª Via, expedida pela SPTC-GO, inscrito no C.P. F sob o número 692.777.531-53 residente e domiciliado á Rua 37-A, Quadra 22, Área 1, Apartamento 304, Bloco A, Condomínio Residencial Valência, Jardim Bela Vista, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP 74.912-105.

**GILSON CESAR DOS SANTOS**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens empresário, filho de Pedro Pereira dos Santos e Marlene Maria dos Santos, natural de Goiânia - Goiás, nascido em 31 de Maio de 1972, portador da carteira de Identidade número 1969840 2ª Via expedida pela DGPC-GO, inscrito no C.P. F sob o número 778.630.201-82, residente e domiciliado : Rua Felix de Bulhões, Quadra 12, Lote 17, Parque São Jorge, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP 74.926-776; únicos sócios componentes da Sociedade Limitada que gira sob a denominação social de **ALL MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME**, Avenida Paranaíba numero 241, Quadra 64, Lote 115-E, Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP 74.015-125, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o numero 52202755005, por despacho de 1º de Fevereiro de 2010, inscrita no CNPJ sob o numero 11.608.014/0001-09, os quais tem entre si como justos e acertados a promoverem nos atos de constituição da sociedade a presente alteração contratual, de acordo com as cláusulas abaixo:

#### **Cláusula Primeira:**

Admite-se na sociedade, **JUDSON FERREIRA ALVES**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado à Rua Couto Magalhães, Número 550, Cidade Jardim, Goiânia - Goiás, CEP 74.425.350, nascido em 24 de Novembro de 1.973, natural de Goiânia Goiás, filho de Saulo Alves Lemes e Julieta Ferreira Lemes, portador da Cédula de Identidade número 1968004, expedida pela SSP-GO e inscrito no CPF sob o número 517.833.471-04; Que recebe neste ato do sócio, **VALDIN VELOSO DA SILVA**, a importância de 15.000 (Quinze Mil quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, totalizando R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) pelos quais outorgam definitiva quitação;

*Continua Folha 0*



Folha 02

**Parágrafo único:** Após a alteração o capital social ficou assim distribuído:

Sócios	N.º Quotas	Valor Total
VALDIN VELOSO DA SILVA	24.000	24.000,00
JUDSON FERREIRA ALVES	15.000	15.000,00
EUCLIDES FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO	12.000	12.000,00
GILSON CESAR DOS SANTOS	9.000	9.000,00
<i>Total</i>	60.000	60.000,00

**Cláusula Segunda:**

As quotas só poderão ser cedidas, a qualquer título, com o consentimento do outro sócio. Na venda, o sócio vendedor deverá apresentar proposta escrita e detalhada aos sócios, os quais terão direito de preferência a ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, vencido este prazo, sem manifestação dos mesmos, a proponente ficará liberado para negociar suas quotas, nas condições apresentadas às sócios, com terceiros.

**Cláusula Terceira:**

A administração desta sociedade caberá aos sócios **VALDIN VELOSO DA SILVA e JUDSON FERREIRA ALVES**, em conjunto ou separadamente, os quais terão amplos e totais poderes para gerir os negócios da mesma, podendo nomear procuradores; estando todos impedidos de usá-la em negócios ou operações alheias ao seu objetivo, tais como avais, abonos ou fianças em favor de terceiros.

**Cláusula Quarta:**

Os Administradores farão jus a uma retirada mensal, a título de Pró-Labore.

**Cláusula Quinta:**

Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente, tal como dispõem os artigo 1.030 do Código Civil.

**Cláusula Sexta:**

Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-lo da sociedade, mediante alteração do contrato social, tal como dispõem os artigo 1.085 do Código Civil.

**Cláusula Sétima:**

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública ou a propriedade.

Continua Folha 03

Folha 03

**Cláusula Oitava:**

As demais Cláusulas do Contrato Social Primitivo e Alterações não alcançadas por esta, permanecem em vigor e ratificadas em todo teor e forma.

## **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

Em virtude de modificações no Contrato Social, fica este consolidado em instrumento único, passando a sociedade a ser regida pelas Cláusulas e condições seguintes.

**Cláusula Primeira:**

A sociedade gira sob a denominação social **ALL MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME**; estabelecida à Avenida Paranaíba, numero 241, Quadra 64, Lote 115-E, Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP 74.015-125, e o título do estabelecimento é "**ALL MAX**".

**Cláusula Segunda:**

O objetivo será: **Comércio de Computadores, Impressoras, Drives, Monitores de Vídeo, Projetores, Scanners, Cartuchos e Toners para Impressoras, Balanças, Moedores de Café, Máquinas de Fatiar, Registradoras, Etiketadoras, Leitores, Impressoras de Cheques, Impressoras Fiscais, Programas de Computadores, Artigos Fotográficos e para Filmagens e Suprimentos para Informática e Automação Comercial; Serviços de Manutenção e Reparação em Computadores, Impressoras e Equipamentos Periféricos, Balanças, Moedores de Café, Máquinas de Fatiar, Registradoras, Etiketadoras, Leitores, Impressoras de Cheques, Serviços de Fotocópias Mecânicas ou Eletrostáticas para Terceiros e Recarga de Cartuchos e Toners.**

**Cláusula Terceira:**

A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Março de 2010 e sua duração é por prazo indeterminado.

**Cláusula Quarta:**

O capital social é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de Valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, integralizadas em moeda corrente do país, assim subscritas;

<b>Sócios</b>	<b>N.º Quotas</b>	<b>Valor Total</b>
<b>VALDIN VELOSO DA SILVA</b>	<b>24.000</b>	<b>24.000,00</b>
<b>JUDSON FERREIRA ALVES</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000,00</b>
<b>EUCLIDES FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO</b>	<b>12.000</b>	<b>12.000,00</b>
<b>GILSON CESAR DOS SANTOS</b>	<b>9.000</b>	<b>9.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000,00</b>

Continua na folha 04



**Cláusula Quinta:**

As quotas só poderão ser cedidas, a qualquer título, com o consentimento do outro sócio. Na venda, o sócio vendedor deverá apresentar proposta escrita e detalhada aos sócios, os quais terão direito de preferência a ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, vencido este prazo, sem manifestação dos mesmos, a proponente ficará liberado para negociar suas quotas, nas condições apresentadas às sócios, com terceiros.

**Cláusula Sexta:**

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos responderão solidariamente pela integralização do capital social na forma do artigo 1.052 do Código Civil.

**Cláusula Sétima:**

A administração desta sociedade caberá aos sócios **VALDIN VELOSO DA SILVA e JUDSON FERREIRA ALVES**, em conjunto ou separadamente, os quais terão amplos e totais poderes para gerir os negócios da mesma, podendo nomear procuradores; estando todos impedidos de usá-la em negócios ou operações alheias ao seu objetivo, tais como avais, abonos ou fianças em favor de terceiros.

**Cláusula Oitava:**

Os Administradores farão jus a uma retirada mensal, a título de Pró-Labore.

**Cláusula Nona:**

Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente, tal como dispõem os artigo 1.030 do Código Civil.

**Cláusula Décima:**

Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-lo da sociedade, mediante alteração do contrato social, tal como dispõem os artigo 1.085 do Código Civil.

**Cláusula Décima Primeira:**

Havendo necessidade, os sócios poderão designar, por prazo determinado, em ato conjunto, administrador não sócio para auxiliar na condução dos negócios, tal como dispõem os artigos 1.061 a 1.063 do novo Código Civil.

**Cláusula Décima Segunda:**

O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações e relatórios exigidos pelas normas contábeis e pela legislação, cabendo os sócios, na proporção da participação no capital social, os lucros ou perdas apuradas.

**Cláusula Décima Terceira:**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

*Continua na folha 04*



**Cláusula Décima Quarta:**

Na resolução da sociedade em relação a um sócio, seja por retirada, exclusão ou morte, e sua substituição, se ocorrer, e na dissolução (total), obedecer-se-á, nas omissões deste contrato, o que dispõe o Código Civil em seus arts. 1.028 a 1.038.

**Cláusula Décima Quinta:**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Cláusula Décima Sexta:**

Todas as deliberações da sociedade, modificação do objeto social, sua extensão ou restrição, a incorporação, fusão, cisão, dissolução ou transformação em sociedade de outro tipo, bem como da alteração de qualquer cláusula deste contrato, assim como sobre qualquer outro assunto serão sempre tomadas por todos os sócios.

**Cláusula Décima Sétima:**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, sucursais ou escritórios em qualquer parte do território nacional mediante alteração contratual assinada por todos os sócios. Aplicar-se-á ao presente contrato, nas omissões ou dúvidas, o disposto no Código Civil sobre as sociedades limitadas (artigos 1.052 e seguintes), e, ainda, supletivamente, as normas que regem as sociedades simples (artigos 997 a 1.038 do Código Civil), ficando eleito pelos contratantes o Foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.


**Cláusula Décima Oitava:**


Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

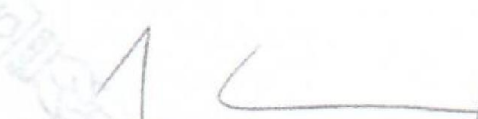
E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração e consolidação em 03(três) vias de igual teor.

Goiânia – Goiás, 12 de Julho de 2.011.

  
Valdin Veloso da Silva.

  
Euclides Fernando de Oliveira Castro.

  
Gilson Cesar dos Santos

  
Judson Ferreira Alves

**5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS**  
 RUA 3 - Nº 347 - SETOR CENTRAL  
 CEP: 74030-065 - FONE: 62 3223-1814

Reconheço verdadeira a assinatura de **VALDIR VELOSO DA SILVA e HUDSON FERREIRA ALVES** Doi 16 Em  
 Teste da Verdade  
 Goiânia-GO 22 de Junho de 2011 - 10.44.0511 cs77095F \*0022

Leandro Ricardo da Silva (Escrivente)



**JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás**  
 CERTIFICO O REGISTRO EM 03/06/2011 SOB Nº 5211290809  
 Protocolo: 11/120080-6, DE 02/08/2011  
 Empresa: 52 2 0275500 3  
 AL MAX COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA.  
 DE  
 D 580849 Geral - PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSET



**5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS**  
 RUA 3 - Nº 347 - SETOR CENTRAL  
 CEP: 74030-065 - FONE: 62 3223-1814

Reconheço verdadeira a assinatura de **RICARDO FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO** Doi 16 Em Teste da Verdade  
 Goiânia-GO 22 de Junho de 2011 - 10.44.4111 cs69304B \*0022

Leandro Ricardo da Silva (Escrivente)







# Câmara Municipal de Jataí

1

O Poder Que Vem do Povo

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

**“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.”** (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I – para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.





## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreto amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 737/2019, que objetiva a contratação de empresa ALL MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 25/06/2019

  
Dulcilene L. de Oliveira Freire  
Chefe do Deptº de Compras





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Memorando: 032/2019

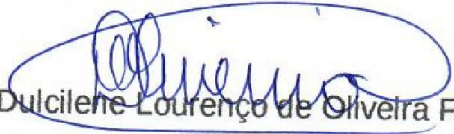
Do: Departamento de Compras

Para: Contabilidade/Tesouraria

## ENCAMINHAMENTO

Encaminho ao Departamento de Contabilidade/Tesouraria solicitação para expedição de certidão com dotação e reserva de saldo orçamentária para a contratação de empresa para Manutenção de Bens Imóveis (Serviços e Peças), Fragmentadora de Papel, no valor médio estimado de: **R\$ 491,50** ( Quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) para peças e **R\$ 132,50** (Cento e trinta e dois reais) para serviços, para a Câmara Municipal de Jataí, desde já agradecemos.

Câmara Municipal de Jataí, 25 de junho de 2019

  
Dulcilene Lourenço de Oliveira Freire  
Departamento de Compras

Recebido em: 25 / 06 / 19 horas: \_\_\_\_\_

Assinatura: Emília



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 20 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 132,50 (centro e trinta e dois reais e cinquenta centavos) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATÁI, 25 de junho de 2019.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**

**SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015**

**1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1 - CÓD.	1.2 - DOCUMENTO	1.3 - FONTE DE RECURSOS	1.4 - NÚMERO						
5534	NOTAS DE EMPENHO	Recursos Ordinários / Recursos que não se enqu	-1						
1.5 - DATA DE EMISSÃO	1.6 - NÚMERO DO PROCESSO	1.7 - TIPO	1.8 - FICHA	1.9 - SALDO ANTERIOR					
25/06/2019	0000737/19	ESTIMATIVO	0017.000						
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR
2019	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.20	100.0	132,50
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL
CAMARA MUNICIPAL									
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL									


**2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR**

2.1 - NOME	2.1 - CPF OU CNPJ	
ALL MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	11.608.014/0001-09	
2.3 - ENDEREÇO	2.4 - MUNICÍPIO	2.5 - UF
AV. PARANAÍBA, 241	GOIÂNIA	GO

**3 - HISTÓRICO**

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA MANUTENÇÃO EM MÁQUINA FRAGMENTADORA DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)	132,50

KÁTIA APARECIDA MARTINS DE CARVALHO  
CPF: 530.798.501-06  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO  
CONTADOR



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339030 / 25 Material de Consumo / Material para Manutenção de Bens Móveis**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária nesta dotação no valor de 491,50 (quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 25 de Junho de 2019.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO  
SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

**1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS		1.4 - NÚMERO	
5533		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Ordinários / Recursos que não se enqu		-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR	
25/06/2019		0000737/19			ESTIMATIVO		0011.000			
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR	
2019	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.30.25	100.0	491,50	
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL	
CAMARA MUNICIPAL										
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE										
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL										

**2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR**

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ			
ALL MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA		11.608.014/0001-09			
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF	
AV. PARANAÍBA, 241		GOIÂNIA		GO	

**3 - HISTÓRICO**

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA TROCA E MANUTENÇÃO EM MÁQUINA FRAGMENTADORA DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)	491,50

KÁTIA APARECIDA MARTINS DE CARVALHO  
CPF: 530.798.501-06  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO  
CONTADOR